



Apresentação

Dezembro 2023

Com a edição de dezembro - Vol. 14, N. 4, 2023, encerramos mais um volume da Revista Direito e Praxis e o ano de 2023. Trazemos a tradicional seção de artigos inéditos, um dossiê organizado por um conjunto de pesquisadoras feministas, resenhas e traduções. Nesse momento de encerramento, gostaríamos de destacar algumas novidades que serão iniciadas com a virada de ano. A partir de 2024, a Direito e Praxis passará a ser publicada em modo de publicação contínua. Isso significa que não haverá mais “ahead of print”, pois os artigos, uma vez aceitos para publicação, serão lançados em seguida em uma edição definitiva tanto em nosso sistema quanto no Portal SciELO. Com essa mudança, esperamos dar ainda mais celeridade na difusão dos artigos publicados na DeP. Outra novidade de 2024 é a comemoração de 15 anos da Direito e Praxis! Chegamos ao nosso “debut” de 15 anos com 44 edições publicadas! Ao longo de 2024, iremos apresentar mais estatísticas e fatos interessantes desta longa e contínua trajetória de publicação ininterrupta! Por fim, o ano de 2024 trará 4 novos dossiês excelentes, fique atento!

Neste número, a seção geral traz artigos inéditos nos campos da teoria política, das pesquisas sobre autoritarismos, direito do trabalho, direito internacional, análises do Supremo Tribunal Federal entre outros temas.

O dossiê desta edição é publicado no âmbito de um projeto coletivo, inspirado na experiência de outros países, sobre a “Reescrita de decisões judiciais com perspectiva feminista”. O dossiê publicado aqui foca nos aspectos pedagógicos do projeto e traz uma



contribuição inédita para repensar o conteúdo decisório dos tribunais a partir do feminismo também para o ensino. O dossiê foi organizado por Fabiana Cristina Severi, Gabriela Barretto de Sá, Priscilla Cardoso Rodrigues e Thula Rafaela de Oliveira Pires. Abaixo segue a apresentação das editoras convidadas.

Por fim, nas demais seções de traduções e resenhas, apresentamos trabalhos nos campos do feminismo, da sociologia do direito, dos movimentos sociais e do pan-africanismo. Como sempre agradecemos a todas e todos que contribuíram para mais essa edição da Revista: autoras e autores, tradutoras e tradutores, editores convidados. O trabalho colaborativo é fundamental para a qualidade da Revista da nossa publicação! Relembramos que as políticas editoriais para as diferentes seções da Revista podem ser acessadas em nossa página e que as submissões são permanentes e sempre bem-vindas! Agradecemos, como sempre, às autoras e aos autores, avaliadoras e avaliadores e colaboradoras e colaboradores pela confiança depositada na *Direito e Práxis*.

Boa Leitura!

Equipe **Direito e Práxis**



Apresentação: Reescrevendo decisões judiciais em perspectivas feministas

Fabiana Severi¹

¹Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. E-mail: fabianaseveri@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8399-7808>.

Gabriela Barretto de Sá²

²Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: gbsa@uneb.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4465-866X>.

Priscilla Cardoso Rodrigues³

³Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, Roraima, Brasil. E-mail: priscilla.cardoso@ufrr.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8076-1736>.

Thula Rafaela de Oliveira Pires⁴

⁴Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: thula@puc-rio.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2138-5483>.

O presente dossiê reúne artigos relacionados ao projeto brasileiro “Reescrevendo decisões judiciais em perspectivas feministas”, com foco na análise das dimensões didático-pedagógicas ou dos impactos derivados das experiências por ele ensejadas. O projeto teve início formal em setembro de 2021, como uma rede de professoras, pesquisadoras e estudantes vinculadas a cursos de direito de mais de 30 instituições de ensino superior do país que se propuseram a reescrever decisões judiciais como experiências didático-pedagógicas, de pesquisa científica ou de extensão universitária.

A proposta se inspirou em experiências de inúmeros outros países, reconhecidas na literatura pelo nome Feminist Judgment Project (FJP) e que, desde a iniciativa pioneira no Canadá, têm se caracterizado como um modelo de estudo sociojurídico crítico feminista e de prática de ensino do direito. As principais hipóteses desenvolvidas por esses projetos são: a) decisões judiciais importantes em diversas jurisdições do mundo



não eram inevitáveis; b) a perspectiva individual de juízes e juízas importa na tomada de decisões; e c) o uso de abordagens e métodos feministas pode resultar em melhores decisões em muitos casos, sem prejuízos ao dever de imparcialidade judicial. Essas hipóteses são testadas por meio do exercício de reescrita realista de decisões judiciais usando métodos e abordagens feministas e buscando respeitar as mesmas restrições que juízes e juízas reais tiveram no caso concreto (HUNTER; McGLYNN; RACKLEY, 2010).

Os resultados obtidos até então com essas iniciativas estão registrados em um extenso material bibliográfico e acadêmico, envolvendo livros, artigos científicos, debates, workshops e podcasts. Em nosso caso, além de diversos eventos acadêmicos ao longo desses últimos 2 anos, publicamos em maio de 2023 o livro “Reescrevendo decisões judiciais em perspectivas feministas: a experiência brasileira”, composto por 5 capítulos de caráter teórico-conceitual e 22 capítulos com as reescritas produzidas por 125 autoras vinculadas a instituições de ensino superior de todas as regiões do país (SEVERI, 2023). Há também o dossiê especial na Revista de Direito Público, que reuniu reflexões das acadêmicas envolvidas com o projeto acerca dos aspectos teórico-metodológicos da produção e análise de decisões judiciais em perspectivas feministas. O dossiê foi coordenado pelas professoras Luanna Tomaz de Souza e Camilla de Magalhães Gomes, sendo composto por 13 artigos, que demonstram como esse modelo de estudo sociojurídico no formato de reescritas reforça um campo de análises feministas no Brasil e nas Américas, algo além de uma mera importação de teorias e métodos de outros contextos (TOMAZ SOUZA; MAGALHÃES GOMES, 2023). O dossiê atual, aqui na *Direito e Práxis*, soma-se a essa produção, destacando-se por aprofundar as reflexões sobre a dimensão pedagógica e de educação jurídica dos projetos de reescrita feminista.

Como prática investigativa, as perguntas que a maioria das propostas de reescrita se propõem a responder são: o uso de perspectivas feministas na tomada de decisões judiciais pode fazer a diferença? Se sim, onde e que tipo de diferença isso pode fazer? Existem técnicas ou metodologias de tomada de decisão judicial que possam ser consideradas tipicamente feministas? O uso de tal abordagem traz riscos à imparcialidade ou neutralidade das decisões judiciais? Que tipo de erros os tribunais reais costumam cometer ao lidar com questões de gênero, étnico-raciais ou de direitos humanos? Movidas por essas e outras tantas perguntas, os artigos trazidos neste dossiê reúnem experiências pedagógicas traçadas em quatro regiões do país: Norte, Nordeste, Sudeste



e Sul, algumas das quais realizadas colaborativamente em mais de uma região. Tanto as especificidades contextuais quanto os aprendizados compartilhados apontam no sentido de assumir a falta de neutralidade do direito, encarar os silêncios (re)produzidos nas práticas judiciais, buscando o reenquadramento das bases históricas, epistêmicas, políticas e metodológicas necessárias para a conformação de um ensino jurídico feminista, transformador e emancipatório, nos planos nacional e internacional.

No artigo *Reescrita como escrevivência: re(orí)entações para a perspectiva feminista do direito no Brasil*, as reescritas são apresentadas a partir do reenquadramento de bases históricas, epistêmicas, metodológicas e políticas produzidas por juristas negras/os através de diferentes estratégias e em diferentes tempos históricos. De Esperança Garcia aos Tribunais Populares, Gabriela Barretto de Sá e Thula Pires apresentam algumas das disputas em torno do sentido do direito como justiça histórica que vão moldando a produção do direito e a formação jurídica em português, na articulação cada vez mais necessária entre a academia e os movimentos sociais.

Vanessa Schinke e Daniela Scheifler, no artigo *A reescrita de decisões judiciais como deslizamento de sentidos: da análise do discurso à literatura*, questionam a formação discursiva dominante no Poder Judiciário através da análise do discurso sobre paráfrases e matriz discursiva. Indagando a magistratura acerca da mobilização de estereótipos de gênero e da aplicação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, buscam romper os silêncios representados pela recusa em responder às questões colocadas, refletindo sobre o dito e o não dito, apontando os sentidos alocados na dobradura da memória e nos interdiscursos. As autoras mobilizam a literatura de mulheres para amplificar as narrativas de sujeitos subalternizados e desestabilizar a conformação tradicional dos modos em que são proferidas as sentenças judiciais.

No artigo *Aprendendo a reescrever decisões judiciais em perspectivas feministas: uma experiência pedagógica transformadora e emancipatória na Amazônia brasileira*, Priscilla Cardoso Rodrigues e Andrezza Gabrielli Menezes descrevem experiências pedagógicas e metodológicas desenvolvidas durante uma atividade de reescrita feminista de base decolonial, interseccional e intercultural. Tendo como fundamento os recursos metodológicos, interpretativos e epistêmicos mobilizados durante a reescrita, tais experiências conseguiram articular interculturalidade, transdisciplinaridade, responsabilidade ética e intelectual, reconhecimento, valorização e vivência da



diversidade, evidenciando as diversas possibilidades jurídicas, políticas e pedagógicas que as reescritas feministas podem produzir no âmbito do ensino jurídico e suas contribuições para uma formação jurídica comprometida com a prestação jurisdicional justa, igualitária e adequada à multiplicidade de formas de ser e viver existentes na nossa sociedade.

Carmen Hein de Campos e Luanna Thomaz, no artigo A escrita colaborativa de reescrita de decisões judiciais em perspectivas feministas e as clínicas jurídicas: desafios e horizontes para o ensino jurídico, analisam as peculiaridades das reescritas feministas realizadas no âmbito de clínicas de direitos humanos, apresentando seus principais desafios e ganhos didáticos e pedagógicos. Dentre estes, discutem o papel da escrita colaborativa feminista como metodologia de ensino e suas contribuições em termos de linguagem jurídica. Argumentam que, ao promover um espaço de diálogos, partilhas e trocas entre diferentes sujeitos, a escrita colaborativa rompe com a lógica individualista, tecnicista, hierarquizante e excludente da linguagem jurídica tradicionalmente utilizada em decisões judiciais e ensinada nas faculdades de Direito, e fomenta práticas políticas, sociais e acadêmicas mais comprometidas com os diversos feminismos.

Bruna Angotti e Regina Stela Vieira, no artigo Reescrita feminista da decisão do STF sobre terceirização irrestrita: reflexões didático-pedagógicas sobre a aplicação da metodologia na Universidade Federal de Pernambuco, relatam sua experiência de reescrita de uma decisão paradigmática do STF sobre a terceirização em relações trabalhistas com o objetivo de evidenciar como métodos e abordagens feministas podem produzir decisões judiciais mais justas e igualitárias mesmo em casos que não envolvam especificamente questões de mulheres. Refletindo sobre o processo didático-pedagógico de realização da reescrita, as autoras ressaltam sua contribuição tanto para o desenvolvimento de metodologias alternativas de produção e compartilhamento de conhecimento acadêmico quanto para a construção de perspectivas interpretativas críticas e inovadoras sobre o Direito do Trabalho e o alcance de sua proteção.

O dossiê também contempla o artigo elaborado por uma das acadêmicas que coordena o projeto de reescritas na Índia, a Professora Rachna Chaudhary, com o título: *Rewriting Charu Khurana and Others v. Union of India and Others for the Indian Feminist Judgments Project: Some Reflections*. O texto analisa criticamente os desafios de se replicar o projeto de reescritas de decisões judiciais em abordagens feministas em regiões



do Sul Global, onde as práticas jurídicas carregam marcas profundas da modernidade colonial.

No artigo *Igualdade de Gênero nos Cuidados de Saúde: Reimaginando a Recomendação Geral 24 da CEDAW*, Joanna N. Erdman e Mariana Prandini Assis propõem o que elas chamam de uma reescrita radical da RG 24 da CEDAW, reimaginando a própria natureza e função das recomendações gerais no direito internacional dos direitos humanos, com o intuito de romper com o paradigma interpretativo de igualdade de gênero da RG 24 que, ao se fundar em binarismos e hierarquias de gênero, reforça ainda mais a heteronormatividade e os estereótipos de gênero e raça. Como resultado de sua reescrita, as autoras apresentam uma proposta de texto para uma futura recomendação geral sobre igualdade de gênero nos cuidados de saúde, que se volte à eliminação das desigualdades de gênero não apenas no âmbito dos sistemas de saúde, mas também nos contextos econômicos e políticos que as geram.

Para complementar as reflexões trazidas pelos artigos deste dossiê, suas organizadoras convidaram estudantes que participaram do projeto brasileiro “Reescrevendo decisões judiciais em perspectivas feministas” entre 2021 e 2022 a responder a um questionário, em formato virtual, com o objetivo de analisar suas percepções sobre os impactos das práticas de reescritas na formação jurídica. Recebemos respostas de 36 estudantes. No artigo, *Percepções de estudantes sobre a experiência didático-pedagógica de reescrita de decisões judiciais em perspectivas feministas e antirracistas*, Fabiana Severi, Gabriela Barretto de Sá, Priscilla Rodrigues e Thula Pires trazem uma análise das respostas obtidas, à luz da literatura sobre os projetos de reescritas e dos debates sobre o modelo de formação jurídica brasileira.

Definitivamente não temos a pretensão de esgotar todas as dimensões que as experiências de reescritas têm e tiveram para as participantes. Até porque, muitos de seus desdobramentos ainda estão por ser percebidos e multiplicados. Esperamos que, ao final da leitura, possamos, de alguma maneira, colaborar para a responsabilização das faculdades de direito sobre atuações jurisdicionais que motivaram o surgimento dos projetos de reescritas e fomentar uma prática do direito que promova, em todas as suas dimensões, a concretização de uma sociedade efetivamente democrática.

Boa leitura!



Referências

HUNTER, Rosemary; McGLYNN, Clare; RACKLEY, Erika. *Feminist Judgments: From Theory to Practice*. Oxford, UK; Portland, Oregon: Hart Publishing, 2010.

SEVERI, Fabiana Cristina (ORG.). *Reescrevendo decisões judiciais em perspectivas feministas: a experiência brasileira*. Ribeirão Preto: FDRP/IEA, 2023.

TOMAZ DE SOUZA, Luanna; DE MAGALHÃES GOMES, Camilla. Carta Editorial. *Direito Público*, [S. l.], v. 20, n. 106, 2023.



Expediente desta edição

Editores

Dr. José Ricardo Cunha, UERJ, Brasil

Dra. Dra. Carolina Alves Vestena, Universität Kassel, Alemanha

Editora executiva

Dra. Bruna Mariz Bataglia Ferreira, UERJ, Brasil

Comissão Executiva

Maria Luiza Milagres, UERJ, Brasil

Laryssa P. Duarte, UERJ, Brasil

Raíssa dos Santos, UERJ, Brasil

Conselho Editorial

Dra. Ágnes Heller, New School for Social Research, EUA

Dr. Andreas Fischer-Lescano, Universität Bremen, Alemanha

Dr. Alexandre Garrido da Silva, Universidade de Uberlândia, Brasil

Dr. Alfredo Culleton, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Dr. Andrés Botero Bernal, Universidad Industrial de Santander, Colômbia

Dra. Bethania Assy, UERJ, Brasil

Dra. Cecília MacDowell Santos, Universidade de São Francisco, USA; Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal

Dr. Costas Douzinas, Birckbeck University of London, Reino Unido

Dra. Deisy Ventura, Universidade de São Paulo, Brasil

Dr. Girolamo Domenico Treccani, Universidade Federal do Pará, Brasil

Dr. Guilherme Leite Gonçalves, UERJ, Brasil

Dr. Jean-François Y. Deluchey, Universidade Federal do Pará, Brasil

Dr. João Maurício Adeodato, UFPE e Faculdade de Direito de Vitória, Brasil

Dr. James Ingram, MacMaster University, Canadá

Dr. Luigi Pastore, Università degli Studi "Aldo Moro" di Bari, Itália

Dr. Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira, UFMG, Brasil

Dr. Paulo Abrão, PUC-Rs e UCB, Brasília, Brasil

Dra. Rosa Maria Zaia Borges, PUC-RS, Brasil



Dra. **Sara Dellantonio**, Università degli Studi di Trento, Itália

Dra. **Sonia Arribas**, ICREA - Univesidade Pompeu Fabra de Barcelona, Espanha

Dra. **Sonja Buckel**, Kassel Universität, Alemanha

Dra. **Véronique Champeil-Desplats**, Université de Paris Ouest-Nanterre, França

Avaliadores

Adamo Dias Alves, UFJF, Brasil; **Allan Mohamad Hillani**, N SSR, EUA; **Dr. Alejandro Manzo**, Universidade de Córdoba, Argentina; **Alexandra Bechtum**, Universidade de Kassel, Alemanha; **Dr. Alexandre Costa Araújo**, UNB, Brasil; **Dr. Alexandre Mendes**, UERJ, Brasil; **Dr. Alexandre Veronese**, UNB, Brasil; **Alice Resadori**, UFRGS, Brasil; **Dr. Alvaro Pereira**, USP, Brasil; **Ana Laura Vilela**, UNB, Brasil; **Dra. Ana Carolina Chasin**, UNIFESP, Brasil; **Dra. Ana Lia Vanderlei Almeida**, UFPB, GPLutas - Grupo de Pesquisa Marxismo, Direito e Lutas Sociais, Brasil; **Dra. Ana Paula Antunes Martins**, UnB, Brasil; **Ana Paula Del Vieira Duque**, UNB, Brasil; **Andrea Catalina Leon Amaya**, UFF, Colômbia; **Antonio Dias Oliveira Neto**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Assis da Costa Oliveira**, UFPA Brasil; **Dra. Bianca Tavolari**, USP, Brasil; **Bruno Cava**, UERJ, Brasil; **Bruno Alberto Paracampo Mileo**, Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil; **Bryan Devos**, FURG, Brasil; **Dra. Camila Baraldi**, USP, Brasil; **Dra. Camila Cardoso de Mello Prando**, UnB, Brasil; **Camila Sailer Rafanhim**, UFP, Brasil; **Dra. Camilla Magalhães**, UnB, Brasil; **Dra. Carolina Costa Ferreira**, IDP, Brasil; **Dra. Carla Benitez Martins**, UFG, Brasil; **Dra. Carolina Medeiros Bahia**, UFSC, Brasil; **Dra. Cecilia Lois (in memoriam)**, UFRJ, Brasil; **Dr. Cesar Baldi**, UnB, Brasil; **Dr. César Mortari Barreira**, Instituto Norberto Bobbio, Brazil; **Dr. Cesar Serbena**, UFPR, Brasil; **Dra. Clarissa Franzoi Dri**, UFSC, Brasil; **Dra. Claudia Roesler**, UNB, Brasil; **Dr. Conrado Hubner Mendes**, USP, São Paulo, Brasil; **Dailor Sartori Junior**, Unisinos, Brasil; **Daniel Capecchi Nunes**, UFRJ, Brasil; **Danielle Regina Wobeto de Araujo**, UFPR, Brasil; **Dr. Daniel Achutti**, UniLasalle, Brasil; **Dr. David Francisco Lopes Gomes**, UFMG, Brasil; **Dra. Danielle Rached**, Instituto de Relações Internacionais – USP, Brasil; **Dra. Deisemara Turatti Langoski**, Unipampa, Brasil; **Diana Pereira Melo**, UNB, Brasil; **Diego Alberto dos Santos**, UFRGS, Brasil; **Dr. Diego Augusto Diehl**, UNB, Brasil; **Dr. Diego Werneck Arguelhes**, FGV DIREITO RIO, Brasil; **Dr. Diogo Coutinho**, USP, Brasil; **Dr. Eduardo Magrani**, EIC, Alemanha; **Dr. Eduardo Pazinato**, UFRGS, Brasil; **Dr. Eduardo Pitrez Correa**, FURG, Brasil; **Dr. Eduardo Socha**, USP, Brasil; **Eliseu Raphael Venturi**, UFPR, Brasil; **Eloísa Dias Gonçalves**, Panthéon-



Sorbonne, França; **Emília Merlini Giuliani**, PUCRS, Brasil; **Dr. Ezequiel Abásolo**, Universidad Católica Argentina, Argentina; **Dr. Emiliano Maldonado**, UFSC, Brasil; **Dra. Fabiana Luci de Oliveira**, UFSCAR, Brasil; **Dra. Fabiana Severi**, USP, Brasil; **Fábio Balestro Floriano**, UFRGS, Brasil; **Fabiola Fanti**, USP, Brasil; **Fátima Gabriela Soares de Azevedo**, Universidade do Porto, Portugal; **Dr. Felipe Gonçalves**, CEBRAP, Brasil; **Dra. Fernanda Vasconcellos**, UFPEL, Brasil; **Dra. Fernanda Frizzo Bragato**, Unisinos, Brasil; **Dra. Fernanda Pradal**, PUC-Rio, Brasil; **Dr. Fernando Fontainha**, IESP/UERJ, Brasil; **Dr. Fernando Maldonado**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Fernando Martins**, UniLavras, Brasil; **Felipo Pereira Bona**, UFPE, Brasil; **Fernando Perazzoli**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dra. Fiammetta Bonfigli**, Universidade Lasalle, Brasil; **Dr. Flávia Carlet**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Flávio Bortolozzi Junior**, Universidade Positivo, Brasil; **Dr. Flávio Prol**, USP, Brasil; **Dr. Flávio Roberto Batista**, USP, Brasil; **Gabriela Cristina Braga Navarro**, Johann Wolfgang Goethe Univertat, Alemanha; **Dr. Gabriel Gualano de Godoy**, ACNUR, Brasil; **Gabriel Vicente Riva**, Faculdade Vale do Cricaré, Brasil; **Dra. Giovanna Milano**, UNIFESP, Brasil, **Dr. Giovanne Schiavon**, PUC-PR, Brasil; **Dr. Giscard Farias Agra**, UFPE, Brasil; **Dra. Gisele Mascarelli Salgado**, Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo - FDSBC, Brasil, **Dr. Gladstone Leonel da Silva Júnior**, UNB, Brasil; **Guilherme Cavicchioli Uchimura**, UFPR, Brasil. **Dr. Gustavo Castagna Machado**, UFPel, Brasil; **Gustavo Capela**, UNB, Brasil; **Dr. Gustavo César Machado Cabral**, UFC, Brasil, **Dr. Gustavo Sampaio de Abreu Ribeiro**, Harvard Law School, USA; **Dr. Gustavo Seferian Scheffer Machado**, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil; **Gustavo Capela**, UNB, Brasil; **Dr. Hector Cury Soares**, UNIPAMPA, Brasil; **Dr. Henrique Botelho Frota**, Centro Universitário Christus, Brasil; **Hugo Belarmino de Moraes**, UFPB, Brasil; **Dr. Hugo Leonardo Santos**, UFAL, Brasil; **Dr. Hugo Pena**, UnB, Brasil; **Dr. Iagê Zendron Miola**, UNIFESP, Brasil; **Ivan Baraldi**, Universidade de Coimbra, **Iran Guerrero Andrade**, Flacso/México, México; **Jailson José Gomes Rocha**, UFPB, Brasil; **Janaína Dantas Germano Gomes**, PUC-CAMPINAS, Brasil; **Jailton Macena**, UFPB, Brasil; **Dra. Izabel Nuñez**, UFF, Brasil; **Dra. Jane Felipe Beltrão**, UFPA, Brasil, **Jeferson Mariano**, Brasil; **Joanna Noronha**, Universidade de Harvard, USA; **Dr. João Andrade Neto**, Hamburg Universität, Alemanha; **João Emiliano Fortaleza de Aquino**, UECE, Brasil; **Dr. João Paulo Allain Teixeira**, UFPE, Brasil; **Dr. João Paulo Bachur**, IDP, Brasil; **João Telésforo de Medeiros Filho**, UNB, Brasil; **Dr. Jorge Foa Torres**, Universidad Nacional Villa María,



Argentina; **Dr. José Carlos Moreira da Silva Filho**, PUCRS, Brasil; **Dr. José Renato Gaziero Cella**, IMED, Brasil; **Dr. José Heder Benatti**, UFPA, Brasil; **Dr. José Humberto de Goés Júnior**, UFG, Brasil; **Dr. José Renato Gaziero Cella**, Faculdade Meridional - IMED, Brasil; **Dr. José Rodrigo Rodriguez**, Unisinos, Brasil; **Dr. Josué Mastrodi**, PUC-Campinas, Brasil; **Judá Leão Lobo**, UFPR, Brasil; **Juliana Cesario Alvim Gomes**, UFMG, Brasil; **Dra. Juliane Bento**, UFRGS, Brasil; **Lara Freire Bezerra de Santanna**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dra. Laura Madrid Sartoretto**, UFRGS, Brasil; **Dr. Leonardo Figueiredo Barbosa**, UNIFESO, Brasil; **Leticia Paes**, Birkbeck, University of London, Inglaterra; **Ligia Fabris Campos**, Humbolt Universität zu Berlin, Alemanha; **Dra. Livia Gimenez**, UNB, Brasil; **Dr. Lucas Machado Fagundes**, UNESCO, Brasil; **Dr. Lucas Pizzolatto Konzen**, UFRGS, Brasil; **Lucas e Silva Gomes Pilau**, UFRGS, Brasil; **Dra. Lucero Ibarra Rojas**, Centro de Investigación y Docencia Económicas, México; **Dra. Luciana Reis**, UFU, Brasil; **Dra. Luciana de Oliveira Ramos**, USP, Brasil; **Dra. Luciana Silva Garcia**, IDP, Brasil; **Dr. Luciano Da Ros**, UFRGS, Brasil; **Dr. Luiz Caetano de Salles**, UFU, Brasil; **Dr. Luiz Otávio Ribas**, UERJ, Brasil; **Manuela Abath Valença**, UFPE, Brasil; **Marcela Diorio**, USP, Brasil; **Marcella Alves Mascarenhas Nardelli**, UFJF, Brasil; **Marcelo de Castro Cunha Filho**, USP, Brasil; **Dr. Marcelo Eibs Cafrune**, UNB, Brasil; **Marcelo Mayora**, UFJF, Brasil; **Dr. Marcelo Torelly**, UNB, Brasil; **Marcelo Maciel Ramos**, UFMG, Brasil; **Dr. Mariana Teixeira**, Universidade Livre de Berlim, Alemanha; **Dra. Marília Denardin Budó**, UFRJ, Brasil; **Maria Izabel Guimarães da Costa Vellardo**, PUC-RJ, Brasil; **Marcio Camargo Cunha Filho**, UNB, Brasil; **Dra. Mariana Trotta**, UFSM, Brasil; **Dr. Marxo Alexandre de Souza Serra**, Puc-PR, Brasil; **Dr. Marcos Vinício Chein Feres**, UFJF, Brasil; **Dra. Maria Lúcia Barbosa**, UFPE, Brasil; **Dra. Maria Paula Menezes**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Mariana Anahi Manzo**, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina; **Mariana Chies Santiago Santos**, UFRGS, Brasil; **Dra. Mariana Trotta**, UFRJ, Brasil; **Dra. Mariana Teixeira**, FU-Berlim, Alemanha; **Dra. Melisa Deciancio**, FLACSO, Argentina; **Dra. Marisa N. Fassi**, Università degli Studi di Milano, Itália; **Dra. Maria Cecilia Miguez**, CONICET, Argentina. **Dra. Maria Lúcia Barbosa**, UFPE, Brasil. **Dra. Maria Paula Menezes**, Universidade de Coimbra, Portugal. **Dra. Maria Pia Guerra**, UNB, Brasil. **Mariana Chies Santiago Santos**, USP, Brasil. **Mariana G. Valente**, USP, Brasil. **Mariana Kuhn de Oliveira**, Centro Universitário Ritter dos Reis, Brasil. **Dra. Marta Rodriguez de Assis Machado**, Fundação Getúlio Vargas - Direito GV São Paulo, Brasil; **Mayara de Carvalho Araújo**, UFMG, Brasil; **Mayra Cotta**, The New School for Social



Research, USA; **Melissa Deciano**, University of Munster, Argentina; **Dr. Miguel Gualano Godoy**, UFPR, Brasil; **Moniza Rizzini Ansari**, UFRJ, Brasil; **Mozart Silvano Pereira**, UERJ, Brasil; **Mozart Linhares da Silva**, UNSIC; **Monique Falcão Lima**, UERJ, Brasil; **Dr. Moisés Alves Soares**, UFPR, Brasil; **Nadine Borges**, UFF, Brasil; **Natacha Guala**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Orlando Aragon**, México; **Dr. Orlando Villas Bôas Filho**, USP e Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil; **Dr. Pablo Malheiros Frota**, UFGO, Brasil; **Dr. Pablo Minda**, Universidad Luis Vargas Torres, Equador; **Dr. Pablo Nemiña**, Universidade de Buenos Aires, Argentina; **Dr. Paulo Eduardo Alves da Silva**, USP, Brasil; **Paulo Eduardo Berni**, Universidade Ritter dos Reis, Brasil; **Dr. Paulo MacDonald**, UFRGS, Brasil; **Dr. Paulo Eduardo Alves da Silva**, USP, Brasil; **Pedro Augusto Domingues Miranda Brandão**, UNB, Brasil; **Dr. Pedro de Paula**, São Judas Tadeu, Brasil; **Pedro Pulzatto Peruzzo**, PUC-Campinas, Brasil; **Dr. Philippe Oliveira de Almeida**, UFRJ, Brasil; **Pryscilla Monteiro Joca**, Université de Montréal, Canadá; **Dr. Rafael Lamera Giesta Cabral**, UFERSA, Brasil; **Dr. Rafael Schincariol**, USP, Brasil; **Dr. Rafael Vieira**, UFRJ, Brasil; **Dra. Raffaella Porciuncula Pallamolla**, Universidade Lassalle, Brasil; **Dr. Ramaís de Castro Silveira**, UnB, Brasil; **Dra. Raquel Lima Scalcon**, UFRGS, Brasil; **Renan Bernardi Kalil**, USP, Brasil; **Dr. Renan Quinalha**, USP, Brasil; **Dra. Renata Ribeiro Rolim**, UFPB; **Dr. Renato Cesar Cardoso**, UFMG, Brasil; **Dr. Ricardo Prestes Pazello**, UFPR, Brasil; **Dra. Roberta Baggio**, UFRGS, Brasil; **Dr. Roberto Bueno Pinto**, UFU, Minas Gerais; **Dr. Roberto Efrem Filho**, UFPB, Brasil; **Prof Rodolfo Jacarandá**, Universidade Federal de Rondônia, Brasil; **Rodrigo Faria Gonçalves Iacovini**, USP, Brasil; **Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo**, PUCRS, Brasil; **Dr. Rodolfo Liberato de Noronha**, UNIRIO, Brasil; **Rodrigo Kreher**, UFRGS, Brasil; **Dr. Roger Raupp Rios**, Uniritter, Brasil; **Dra. Rosa Maria Zaia Borges**, UFU, Brasil. **Dr. Samuel Barbosa**, USP, Brasil; **Dr. Saulo Matos**, UFPA, Brasil; **Dra. Shirley Silveira Andrade**, UFES, Brasil; **Dra. Simone Andrea Schwinn**, UNISC, Brasil; **Simone Schuck Silva**, UNISINOS, Brasil; **Talita Tatiana Dias Rampin**, UNB, Brasil; **Tatyane Guimarães Oliveira**, UFPB, Brasil; **Thiago Arruda**, UFERSA, Brasil; **Dr. Thiago Reis e Souza**, Escola de Direito Fundação Getúlio Vargas - São Paulo, Brasil; **Prof. Dr. Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino**, UFPR, Brasil; **Dr. Thomaz Henrique Junqueira de Andrade Pereira**, Escola de Direito Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro, Brasil; **Dr. Tiago de Garcia Nunes**, UFPel, Brasil; **Dra. Valéria Pinheiro**, UFPB, Brasil; **Dra. Verônica Gonçalves**, UNB, Brasil; **Dr. Vinícius Gomes**



Casalino, PUC-Campinas, Brasil; **Dr. Vinicius Gomes de Vasconcellos**, USP/PUCRS, Brasil;
Dr. Vitor Bartoletti Sartori, UFMG, Brasil; **Dr. Wagner Felouniuk**, UFRGS, Brasil.

Tradutores que atuaram nessa edição: Pedro Demori, Sângela, Vítor Pimentel, Maria Moog, Fábio Stockler, Rafael Vieira, Isabella Tanuy Gonçalves e Attila Ruschi Secchin.

